

ARTIGO ORIGINAL

**MEMÓRIA, SIGNIFICADOS E ESQUECIMENTO: O “CLIC” FOTOGRÁFICO NO GOVERNO
JERÔNIMO MONTEIRO (1908-1912)-ES**

ORIGINAL ARTICLE

**MEMORY, MEANINGS AND FORGETTING: THE PHOTOGRAPHIC “CLIC” IN THE
GOVERNMENT JERÔNIMO MONTEIRO (1908-1912)-ES**

Everaldo Simões Souza¹

Universidade Federal do Espírito Santo – UFES, Vitória/ES - Brasil

RESUMO

Guardar a memória de um tempo parece mesmo ter sido a intenção de Jerônimo Monteiro. Tornar-se senhor da memória e do esquecimento de um período histórico também. Os atos e realizações conservados e perpetuados através da documentação existente no Arquivo Público Estadual do Estado do Espírito Santo são indícios dessa intencionalidade. E mergulhar no mar de interrogações e possíveis descobertas acerca do período estudado, pode representar, na perspectiva de pesquisa e reflexão a proposta pelo presente artigo, várias possibilidades no campo da investigação e da busca dos elementos “não eleitos” ou não selecionados pelo então governador. Isto é, ou seja, de elementos que, na visão de Jerônimo, deveriam ser esquecidos.

Palavras-chave: Memória. Governo Jerônimo Monteiro. Fotografia.

ABSTRACT

Keeping the memory of a time seems to have been Jerônimo Monteiro's intention. Becoming master of memory and forgetting a historical period as well. The acts and achievements preserved and perpetuated through the existing documentation in the State Public Archive of the State of Espírito Santo are indications of this intentionality. And plunging into the sea of questions and possible discoveries about the period studied, can represent, in the perspective of research and reflection the proposal of this article, several possibilities in the field of investigation and the search for elements “not elected” or not selected by the then governor. That is, that is, of elements that, in Jerônimo's view, should be forgotten.

Keywords: Memory. Jerônimo Monteiro Government. Photography.

1 INTRODUÇÃO

Considero de extrema importância discorrer sobre a produção de documentos fotográficos durante a gestão administrativa de Jerônimo Monteiro no que se refere à

¹ É capixaba da Ilha de Vitória - ES, possui Mestrado em Educação na linha de pesquisa História, Sociedade, Cultura e Filosofia, Graduação em Licenciatura Plena em História e Bacharelado em Arquivologia, Especialização Lato Sensu em História do Brasil, todos os títulos obtidos pela Universidade Federal do Espírito Santo. E-mail: everaldo30@uol.com.br

sua gestão como governador do Espírito Santo, no período de 1908 a 1912, uma vez que é proposta do presente estudo, a utilização dessas imagens fotográficas como instrumentos de pesquisa e textos imagéticos significativos.

Vários elementos serão considerados, caracterizados e definidos a fim de propiciar o melhor entendimento possível acerca da contribuição do acervo fotográfico produzido na administração de Jerônimo Monteiro, como documentação histórica, bem como do potencial investigativo e reflexivo que seus documentos, principalmente os fotográficos, possuem.

Julgo pertinente correlacionar conhecimentos adquiridos ao longo de minha formação acadêmica, no tocante à ciência Arquivística e histórica, à minha atuação profissional como docente. Para tanto, faz-se necessária uma abordagem acerca de elementos da teoria Arquivística que se relacionem aos documentos em questão (fotografias), cabendo, ainda, refletir sobre a importância de tais documentos enquanto documentação histórica de alcance reflexivo de pesquisa, e ensino.

Porém, antes de adentrar pelos caminhos acima, entendo ser relevante destacar a atuação de Jerônimo Monteiro enquanto governador do Estado do Espírito Santo, elencando os pontos de sua administração que se relacionam intimamente com o assunto em questão: a produção de documentos fotográficos. É justamente o conhecimento desses aspectos administrativos que permitirão a devida contextualização desses documentos e sua possível utilização como textos imagéticos e as possibilidades de ensino aprendizagem em várias dimensões na formação dos alunos/as, em sala de aula, de forma ampla: História, Artes, Geografia, Arquitetura e Urbanismo, Ciências Políticas Pedagogia, Administração, Comunicação Social (Jornalismo e Publicidade), entre outras.

Jerônimo Monteiro foi para o Espírito Santo um grande estadista, tendo realizado um governo marcante, sendo sempre lembrado pelo conjunto de transformações que aqui promoveu. Ao assumir a gestão estatal, em 23 de maio de 1908, o presidente (como naquela época eram chamados os governadores), Jerônimo Monteiro ocupou-se da resolução de vários problemas infraestruturais e de vários tantos outros melhoramentos urbanos que o Estado necessitava realizar.

Como relata Gualberto (1995, p.152), o governador contratou serviços de abastecimento de água, de esgotos e de iluminação pública de Vitória.

Os melhoramentos urbanos passaram a ser a marca de sua administração e o assunto de todos aqueles que moravam ou que visitavam a cidade. Foi durante seu governo que a cidade de Vitória teve sua primeira revolução dos transportes urbanos: o serviço de bondes elétricos.

JERÔNIMO MONTEIRO: A IMAGEM DE UM MODERNIZADOR

Jerônimo Monteiro inaugura efetivamente a fase de transformações urbanas do Espírito Santo, principalmente se compararmos a sua administração com a de seus antecessores Afonso Cláudio de Freitas Rosa (1889 – 1890) e Moniz Freire (1892 – 1896).

De acordo com a historiografia capixaba, o primeiro presidente do estado, Afonso Cláudio, assumiu, logo após a Proclamação da República, um governo com sérios problemas relacionados, principalmente, com o rearranjo político entre as novas forças políticas e as antigas elites que comandavam o jogo do poder estadual (GUALBERTO, 1995, p.124).

Já com Moniz Freire, o Espírito Santo ensaiou um passo rumo à modernização, porém esse processo tropeçou em virtude de uma crise econômica a nível estadual, provocada por problemas no setor agrícola com a queda dos preços do café no mercado externo (GUALBERTO, 1995, p.145).

Durante a gestão de Henrique Coutinho, Jerônimo Monteiro assumiu importante função de negociador das dívidas estaduais. O sucesso nessa operação deu-lhe o prestígio político necessário para a sua eleição (GUALBERTO, 1995, p. 148). Assumindo o governo do estado após esmagadora vitória eleitoral, Jerônimo Monteiro, iniciou sua liberdade e autonomia para pôr em prática seus objetivos modernizadores.

Jerônimo não era um coronel ignorante. (...) Era membro de uma outra geração, a dos filhos dos grandes proprietários que tinham estudado. (...) Estava mais articulado com as novas demandas políticas de uma população que passava do meio rural para o urbano, e que tinha outras expectativas das elites políticas (GUALBERTO, 1995, p. 150).

Mesmo antes de sua posse, o governador procurava se interar das inovações que ocorriam fora do estado. Visitou outros estados, dentre eles São Paulo e Minas Gerais, onde observou atentamente as muitas obras que neles estavam ocorrendo naquele momento, início do século XX.

Em São Paulo, visitou vários estabelecimentos públicos e estudou como estavam organizadas suas finanças estaduais. Observou o funcionamento dos sistemas de ensino e de serviço sanitário. Nessas visitas, buscou também o entendimento sobre os serviços de água, esgoto e luz elétrica. Já em Minas Gerais, segundo Gualberto (1995, p. 150), tomou contato com uma grande novidade: a abertura de estradas de rodagem. Visitou também, unidades de ensino inovadoras.

Foi com Jerônimo Monteiro que o Espírito Santo inaugurou sua primeira Companhia Industrial, situada em Cachoeiro de Itapemirim (seu município de origem). Tratava-se de um grupo de estabelecimentos industriais, como fábricas de tecidos, cimento, óleo vegetal, papel, entre outras (GUALBERTO, 1995, p.157).

De acordo com as informações históricas até aqui mencionadas, e relacionando-as com a importância dada por Jerônimo Monteiro aos registros de seus feitos administrativos modernizantes, tornam-se bastante relevantes algumas considerações acerca do alcance da documentação fotográfica produzida durante seu governo.

REFLEXÕES NO CAMPO DA CONSTRUÇÃO DA MEMÓRIA DE UM PERÍODO

Para iniciar essa discussão acerca de memória, considero indispensável destacar algumas reflexões de Jacques Le Goff, em seu livro História e Memória (1994). Para Le Goff, a memória “é, antes de tudo, um processo construído através das sociedades no decorrer da História” (1994, p.425). Essa construção se dá na instância das escolhas que se faz, ou seja, dos momentos e elementos que pelas

sociedades foram escolhidos para serem lembrados (LE GOFF, p.450). A memória, nesse contexto, assume um caráter axiológico, onde, segundo Colombo (1986, p. 89), trata-se de decidir e escolher os eventos ou as informações que devam ser privilegiadas e as que podem ser canceladas.

Nessa perspectiva, tornarem-se senhores da memória e do esquecimento é uma das grandes preocupações das classes, dos grupos, dos indivíduos que dominavam e dominam as sociedades históricas. Os esquecimentos e os silêncios da história são reveladores desses mecanismos de manipulação da memória (LE GOFF, 1994, p.426).

Ainda nessa abordagem de manipulação da memória, Le Goff (1994, p. 455), utilizando-se de uma reflexão de Tomás de Aquino acerca dos lugares e imagens, destaca a necessidade de se encontrar “simulacros adequados das coisas que se deseja recordar”, para que as recordações não se evolem da alma.

Estabelecendo a relação entre essas reflexões e a Arquivística, pode-se afirmar que a faceta cultural dos arquivos está ligada ao conceito de memória. De acordo com Rousseau (1998, p. 47), os arquivos são os depositários de uma espécie de memória eleita por aqueles que, ao avaliar uma documentação, definiram aqueles documentos que iriam constituir a memória de uma instituição.

Vale ressaltar que o próprio Jerônimo Monteiro, ao ter a preocupação de registrar seus atos administrativos em forma de relatórios e fotografias e de conservar tais documentos, criando, para isso, uma instituição Arquivística, selecionando as informações que dariam legitimidade à sua imagem de empreendedor e modernizador do Estado e, ainda, conservariam essa memória “selecionada” de sua gestão. Relacionando memória e fotografia, penso que, a atitude de Jerônimo Monteiro ao fotografar suas obras, solenidades de inauguração e outros aspectos de sua passagem pelo governo estadual, já apontava, naquela época, para a contribuição que a fotografia fornecia para a construção e perpetuação de uma memória. De acordo com esse ponto, Le Goff (1994) afirma

que a fotografia revoluciona a memória, democratizando-a e conferindo-lhe a precisão e a capacidade de guardar a memória do tempo e da evolução cronológica.

Guardar a memória de um tempo parece mesmo ter sido a intenção de Jerônimo Monteiro. Tornar-se senhor da memória e do esquecimento de um período histórico também. Os atos e realizações conservados e perpetuados através da documentação existente no Arquivo Público Estadual do Estado do Espírito Santo são indícios dessa intencionalidade. E mergulhar no mar de interrogações e possíveis descobertas acerca do período estudado pode representar, na perspectiva de pesquisa e reflexão proposta pelo presente artigo, várias possibilidades no campo da investigação e da busca dos elementos “não eleitos” ou não selecionados pelo então governador. Isto é, ou seja, de elementos que, na visão de Jerônimo, deveriam ser esquecidos.

Para melhor esclarecer a questão problematizada, basta lembrar, com auxílio da historiografia do período, algumas das consequências acarretadas por sua administração modernizante.

Os registros historiográficos apontam para o fato de que as realizações e obras de Jerônimo Monteiro excederam as possibilidades financeiras do Espírito Santo e, por conseguinte jogaram o Estado numa situação de grande endividamento o que por sua vez, criou uma condição de dependência econômica (GUALBERTO, 1995, p.159). Ainda segundo Gualberto, somaram-se às dificuldades financeiras, o péssimo desempenho econômico das empresas da recém criada Companhia Industrial (1995, p.126). Além das consequências econômicas negativas provocadas pelo modelo modernizante de Jerônimo Monteiro, fatos ligados à sua prática política também são colocados por estudiosos do período. Fatos, por exemplo, ligados às práticas de cunho coronelístico, realizadas pelo então governador para a manutenção de seu poder. Sua administração fundou-se, ao mesmo tempo, na sua figura de modernizador e nas práticas políticas coronelísticas.

Como exemplos disso, Gualberto (1995, p. 163) destaca o uso da violência política, das fraudes eleitorais e da presença de seus parentes em altos postos da administração. Mas como o próprio Gualberto enfoca, Jerônimo Monteiro foi muito

sábio na divulgação de seus feitos, pois os pontos obscuros de seu governo não foram por ele registrados nem textualmente, muito menos em imagens fotográficas.

Neste sentido observa-se o trabalho desenvolvido pelos fotógrafos, expandindo e diversificando o seu trabalho, e cada vez mais aproximando a produção fotográfica de um outro grupo social, além dos abastados pertencentes a elite local composta por homens públicos, membros da aristocracia rural e comerciantes, e estes alimentavam-se da apropriação da memória individual e coletiva reificada através dos registros feitos.

Segundo Borges (2002), não por acaso os prédios públicos e as construções arquitetônicas esteticamente mais arrojadas foram os principais alvos dos produtores dos cartões postais. Esses ícones representavam, como turistas, ou moradores da localidade interrompendo a mesmice de seu cotidiano, desejavam mostrar a seus parentes e amigos que também ele participava do “avanço da civilização”.

Ainda segundo Gualberto (1995, p. 155), o presidente dava à documentação de seu governo especial atenção. Todos os atos importantes, como inaugurações, eram fotografados. Foram produzidos muitos relatórios de governo. Tamaña era essa preocupação com o registro de seus atos administrativos, bem como com sua posterior conservação, que foi por ele criada, em 1908, a primeira instituição Arquivística pública do Espírito Santo, o Arquivo Público Espírito-Santense, hoje Arquivo Público Estadual do Espírito Santo – APEES.

É a partir desse aspecto que importantes elementos surgem no tocante à relevância dos documentos pertencentes ao acervo produzido por Jerônimo Monteiro, enquanto documentos de arquivo de valor permanente, informativo e histórico, pois, segundo nos afirma Belloto (2002, p. 167), existe, e deve ser devidamente considerada, a interligação entre documento de arquivo e sociedade e esta ligação passa pela relação entre arquivos e governos e entre arquivos e pesquisa histórica. Tal interligação pode ser visualizada, quando se observa a produção documental da administração de Jerônimo Monteiro, arquivada no APEES, cujo potencial informativo é claro e evidente, principalmente por ter sido o próprio

gestor o primeiro a se preocupar com tais registros documentais. Estamos, assim, diante da primeira definição de documento dada pela Arquivística: a que afirma que o documento de arquivo nasce de uma *necessidade administrativa* de seus criadores (ROUSSEAU, 1998, p.32).

Analisando a gestão pública de Jerônimo Monteiro, constata-se, quando da criação do APEES, uma preocupação comum, com o registro das atividades administrativas que, desde os tempos remotos, perpassou outras administrações e que, por conseguinte, originaram o surgimento dessas importantes instituições: os arquivos.

Segundo Rousseau (1998, p.29), é o aparecimento da escrita que remonta o nascimento dos arquivos como depositários desses registros. E a partir de então, o número de gestores que passou a valorizar, as informações de cunho arquivístico tornou-se uma constante.

Faraós, monarcas, reis, imperadores, presidentes, enfim, todos passaram a atribuir aos documentos administrativos bem organizados, importante elemento para o sucesso de sua gestão.

Ainda sobre esse ponto, Rousseau (1998, p.32) destaca que, ao longo das épocas e dos regimes, os documentos serviram ao exercício de poder. Nesse sentido, traz a afirmação de Napoleão que diz: “um bom arquivista é mais útil a um governo do que um bom general”.

As fotografias produzidas durante a administração de Jerônimo constituem-se documentos genuinamente arquivísticos, quando se observa, em primeiro lugar, o que a arquivologia define como *valor primário* dos documentos de arquivo, isto é, a qualidade de um documento baseado nas utilizações imediatas e administrativas que lhe deram seus criadores (ROUSSEAU, 1998, p. 117).

Esse valor primário é evidente no acervo de Jerônimo, pois traz em si a necessidade deste de registrar e divulgar seus atos e realizações a frente do governo. Tal fato torna-se mais claro ainda quando se sabe que o governador contratava fotógrafos profissionais para efetuarem tais registros, como obras,

solenidades e inaugurações. Conforme relata Lopes (2002, p. 209), o governador tinha como fotógrafos oficiais Arcesilau Soares e Alberto Lucarelli.

Os senhores Arcesilau Soares e Alberto Lucarelli acompanharam todo o processo de construção do governo de Jerônimo Monteiro e sobretudo tornaram – se, juntamente com o seu contratante, destinadores daquelas imagens fotográficas produzidas, construindo a partir delas um filtro ideológico inerente ao ato de fotografar e a ação do fotógrafo.

Kossoy (1989) argumenta: “O registro visual documenta, por outro lado, a própria atitude do fotógrafo diante da realidade; seu estado de espírito e sua ideologia acabam transparecendo em suas imagens [...]”.

Colaborando nessa questão, Borges (2002) afirma que durante a chamada era moderna da imprensa ilustrada intensificou-se, e começa então a ganhar a fôlego, a contratação de fotógrafos socialmente reconhecidos para acompanhar os chefes políticos e militares em suas campanhas. Esse foi o caso, por exemplo, das imagens produzidas pelo fotógrafo francês Le Gray que passou a documentar o cotidiano das campanhas de Napoleão III.

Exemplificando o caso do Espírito Santo, a professora Almerinda Lopes afirma que :

[...] a imprensa dá destaque ao trabalho do fotógrafo acompanhando a comitiva do governador Jerônimo Monteiro à fábrica de tecidos de algodão, em Jucutuquara que se encontrava em construção, e a cobertura da visita da escritora Julia Lopes Almeida ao Espírito Santo. É notável a quantidade de trabalhos realizados pelo fotógrafo Alberto Lucarelli, acompanhando o cortejo de Jerônimo Monteiro, em visitas à capital como em todo interior, as vezes em dias subsequentes, acontecimentos que eram amplamente divulgados pelos jornais.[...] (LOPES, 2002, p.211).

Retomando a consideração do valor dos documentos fotográficos a partir da ciência Arquivística, observa-se, também, seu *valor secundário*, definido como a qualidade do documento baseada nas utilizações não imediatas ou científicas e no testemunho privilegiado e objetivo que o documento fornece (ROUSSEAU, 1998, p. 117).

Com base nessa definição, fica fácil entender e aceitar que as fotografias em questão neste estudo, adquiriram um valor secundário, informativo e testemunhal - sendo este último não num sentido jurídico, mas para reconstituir a história - , principalmente quando essas imagens podem ser contextualizadas por meio de informações existentes acerca de seu governo.

É nesse momento - o da contextualização – que esse valor secundário cresce e se evidencia, uma vez que os fragmentos da realidade registrados pelo “*clic*” fotográfico refletem a situação administrativa, como as referentes às obras e aos melhoramentos urbanos.

Podemos inferir ainda que, os originais fotográficos em questão constituem-se documentos de valor testemunhal e são parte integrante do patrimônio cultural da sociedade capixaba e, que, ainda, são potencialmente utilizáveis enquanto instrumentos de investigação e pesquisa para diversas áreas como História, Artes, Arquitetura e Urbanismo, entre outras, podendo ser úteis para esses profissionais, como documentos elucidativos e reveladores.

As várias possibilidades de leitura e (re) significação desses originais fotográficos na prática docente torna-se possível e latente. Nesse contexto, as fotografias se apresentam como documentos cujas informações tornam-se multidisciplinares.

A instituição Arquivística pública criada por Jerônimo Monteiro e os documentos nela contidos, evidenciam, como já foi dito, a sua preocupação com o devido registro e armazenamento dos documentos ligados à sua administração. Nesse sentido, Bellotto afirma (apud SCHELLEMBERG, 2002, p. 168) que os arquivos refletem a origem e o crescimento de um governo e são a principal fonte de informações de todas as suas atividades. A documentação contida no acervo de Jerônimo, portanto constitui-se numa importante via informativa sobre suas ações enquanto governador e sobre o período em que governou.

PRINCÍPIOS ARQUIVÍSTICOS FUNDAMENTAIS:

O princípio de respeito à proveniência dos documentos e o princípio de respeito aos fundos.

O primeiro consiste em “deixar agrupados, sem os misturar com outros, os arquivos provenientes de uma administração, de um estabelecimento ou de uma pessoa física ou moral” (ROUSSEAU, 1998, p. 52). Já para entender o segundo princípio, basta definir o que é um fundo de arquivo, que de acordo com Rousseau (1998, p. 90), “corresponde ao conjunto de documentos de qualquer natureza reunidos automática e organicamente, criados e/ou acumulados e utilizados por uma pessoa física ou moral (...) no exercício de suas atividades”.

De posse desses conceitos, podemos afirmar, após um contato direto com o acervo durante a presente pesquisa, que o acervo de Jerônimo Monteiro encontra-se arquivado de acordo com os princípios definidos acima, fato que muito contribui para que as informações acerca de seu momento histórico-administrativo sejam resgatadas de maneira mais coerente.

Este é, inclusive, o objetivo central dessa forma de arquivamento: dar um sentido de organicidade e correlação entre documentos de um dado acervo que, apesar de diferentes tipologias (escritos, fotográficos, filmográficos, etc.), são parte integrante de uma mesma “família”, devendo ter sempre sua “genealogia” respeitada.

É respeitando essa organicidade que se torna possível uma correspondência entre os diferentes tipos documentais contidos no Fundo Jerônimo Monteiro do APEES, como, por exemplo, entre os relatórios escritos e as fotografias por ele encomendadas.

Tal correlação evidencia o alto grau de correspondência entre seus elementos informativos. Os originais fotográficos atestam visualmente o conjunto de mudanças urbanas feitas pelo governo de Jerônimo, ou seja, as imagens trazem em si uma realidade congelada pelo ato fotográfico.

E é esse elemento, o da imagem contextualizada, que eleva essas fotografias a um patamar superior, isto é, de meras ilustrações elas ganham o status de documentos históricos.

Nesse momento, o acervo de Jerônimo Monteiro estabelece uma comunhão com outra importante ciência ligada aos documentos fotográficos: a iconografia. Ao ser possível a interpretação e a leitura desses originais de acordo com as informações históricas do período a que se referem, chega-se ao íntimo da questão iconográfica.

Como bem afirma Kossoy (1989), análise iconográfica, no caso da representação fotográfica, situa-se a meio caminho da busca do significado do conteúdo; ver, descrever e constatar não é suficiente. É este o momento de uma incursão em profundidade na cena representada, que só será possível se o fragmento visual for compreendido em sua interioridade. Para tanto, é necessária, a partir de conhecimentos sólidos acerca do momento histórico retratado, uma reflexão centrada no conteúdo.

Aprofundando a reflexão acerca do uso de documentos fotográficos, bem como de sua potencial capacidade de informação, outras considerações se fazem relevantes.

Já é possível admitir, após a discussão até aqui desenvolvida, que um acervo devidamente organizado e dotado de documentação fotográfica é possuidor de uma gama de documentos multifacetados. Apontando para esse conjunto de possibilidades investigativas e interpretativas que as fotografias representam, pensamos que esses documentos podem, a partir de sua leitura, revelar e, ao mesmo tempo, completar a cadeia de fatos ausentes em sua imagem visual.

Como bem afirma Lisovsky (2001, p.33), se é possível fotografar como quem surpreende o local de um crime, é igualmente possível ler uma fotografia como quem decifra um mistério. Nesse sentido, o profissional que lida com a produção de conhecimento vê-se diante da possibilidade de “costurar” essa grande colcha de retalhos, onde os retalhos seriam as informações contidas nos documentos

fotográficos e a reflexividade a mola propulsora para novas interpretações e significados.

De acordo com as informações históricas até aqui mencionadas, e relacionando-as com a importância dada por Jerônimo Monteiro aos registros de seus feitos administrativos modernizantes, tornam-se bastante relevantes algumas considerações acerca do alcance da documentação fotográfica produzida durante seu governo.

A partir daí emana a potencialidade investigativa e reflexiva do acervo fotográfico produzido na gestão de Jerônimo Monteiro, e um grande desafio se apresenta para os pesquisadores que se lançarem nessa instigante aventura de desvendar os mistérios ocultados por uma memória selecionada com esse duplo objetivo de lembrar e esquecer.

Proponho então “**mergulhos investigativos**” nos “*Clics Fotográficos de Jerônimo Monteiro*”, dentro da proposta desse artigo, evidenciando múltiplos olhares para o ensino/pesquisa por meio dessas imagens fotográficas congeladas no tempo.

1º MERGULHO



Presidente do Estado e auxiliares, no bairro Santo Antônio, na inauguração da linha de bondes. 1912.

[JM 418]

Aqui se apresenta uma fotografia que traz como sujeito o administrador Jerônimo Monteiro, à frente do processo modernizador da Vitória. Nesta imagem pode-se observar sua figura como um desbravador, tendo atrás de si aqueles que o apoiavam – a camarilha governamental - e seguiam sua iniciativa.

O presidente-governador aparece como destinador de uma empreitada modernizante, cujo destinatário é a população (seus eleitores) capixaba. Aponto para a figura do presidente (governador) fazendo parte da enunciação como sendo a própria representação do moderno em contra posição, ao não moderno, percebido pelo seu adentrar no rural levando o urbano sobretudo nas suas atitudes e ideias.

O espaço, a capital Vitória, está sendo desbravada e é construída a enunciação de negar o não moderno a partir da construção do novo, do moderno. O trilho do bonde atravessa a antiga estrada de chão, o poste que receberá a iluminação, reiterando a ideia do urbano – moderno reiteram o conceito da modernidade.

2º MERGULHO



Vista panorâmica ,abrangendo o Quartel de Polícia remodelado o conjunto de casas recém - construídas e os novos pavilhões da Santa Casa. Obras da administração Jerônimo Monteiro.

[JM 403]

A fotografia é traduzida no seu todo de sentido como sendo a imagem da modernização. Nela através dos formantes que constroem as figuras uma

enunciação de uma ação inovadora que o presidente (governador) intencionava para a cidade de Vitória.

O destinador-manipulador Jerônimo Monteiro foi um político vanguardista e buscou em cidades como São Paulo e Rio de Janeiro exemplos modernizastes para serem aplicados em Vitória, trazendo para a cidade “ares” de modernidade, dentro da ótica francesa, onde, as cidades eram *locus* das atividades civilizatórias e um espaço privilegiado da contemplação das inovações introduzidas pela modernidade.

A ação renovadora de Jerônimo Monteiro evidencia-se na observação do todo do texto. A começar pelo ângulo da foto, onde apresenta-se a totalidade do espaço, ou seja, parte considerável da grande obra urbana realizada em sua gestão. O prédio do quartel da polícia e o traçado das ruas revelam aquilo que mencionamos inicialmente nessa análise, ou seja, as mudanças urbano – arquitetônicas inspiradas na Belle Époque. E é justamente esse espaço, a região dos arredores do Parque Moscoso (também construído sob a ótica do embelezamento da cidade de Vitória) que seria posteriormente considerado a parte mais nobre da cidade, com ruas projetadas e belas residências, diferentemente da forma arquitetônica desorganizada da Cidade Alta, por exemplo.

Continuando o desmonte com base na figuratividade, temos o governador como destinador – manipulador, construindo a enunciação através de fotógrafos contratados (Arceslau Soares e Alberto Lucarelli) intencionando assim, mostrar à população capixaba - o destinatário – a amplitude de sua obra modernizante e de (re)significação do que estava posto conseqüentemente o não moderno. O tempo em que esse ato se instaura, isto é o início do século XX, torna-se, a partir do fragmento congelado da imagem fotográfica, perpetuado no campo das intencionalidades e do simulacro tornando verdadeiro o que não era, ou seja, tornando moderno, o não moderno.

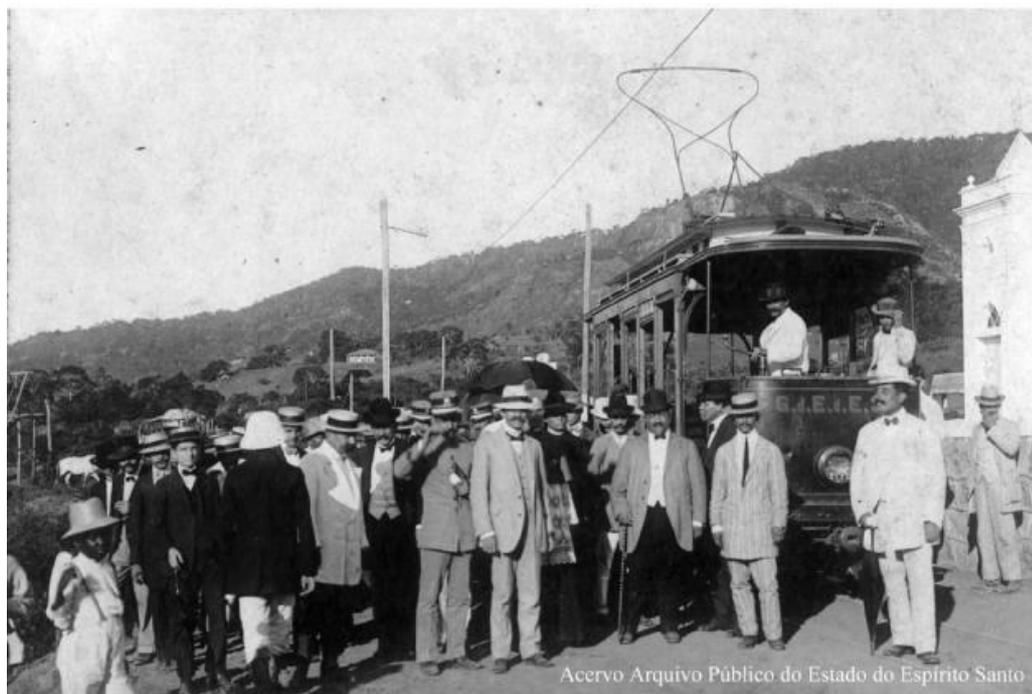
Vale dizer que esse “fazer lembrar” pelo conjunto de sua obra infraestrutural adentra uma questão já citada nesse artigo que se encontra nas escolhas

axiológicas – o que tem que ser lembrado, e o que deve, ser esquecido – do ser moderno representado nesse período pela figura do “nhonhô Jerônimo”².

Ressalto que a cidade, transformada em canteiro de obras, apresenta-se como sujeito enunciado, onde, de acordo com Landowisk (1992,p,167), o sujeito semiótico compete fazer sentido. Isto significa que a intencionalidade de “fazer ser” já anuncia a definição do ato, de modo que ao enunciar (a foto) já estará deixando as marcas de si, pelas quais definiremos sua identidade.

Na fotografia aqui analisada, evidencia-se, portanto, a definição da identidade de um momento histórico, ou seja, da administração de Jerônimo Monteiro: a identidade da modernização.

3º MERGULHO



Fotografia tirada junto ao portão do cemitério de Santo Antônio, após a entrega do mesmo Pre-feitura Municipal - 1912.

[JM 419]

² Apelido carinhoso dado pelos amigos próximos à Jerônimo Monteiro.

Nesta imagem que registra a inauguração do primeiro cemitério público do Espírito Santo, o cemitério de Santo Antônio (o mais tradicional da capital), vários elementos nos “saltam os olhos” e merecem destaque.

Trata-se de uma fotografia que evidencia seus sujeitos, ou seja, as personalidades do cenário político do início do século XX. São, em sua maioria, políticos e funcionários do poder público estadual e municipal. O governador, na figura de destinador-manipulador agora como sujeito dentro da enunciação, aparece, mais uma vez, à frente desse momento novo na vida de seus destinatários, a população que não aparece - a não ser por acaso, como pode ser visto em uma entrada rápida de um garoto negro que o “*clic* fotográfico” registrou – evidencia a intencionalidade do poder político estadual, voltada para a presença dos destinatários naquele espaço.

Nota-se, ainda, o apelo religioso (uma marca das administrações públicas brasileiras naquele período), fato que se expressa através da figura de um padre, presente na fotografia.

Outro ponto que chama atenção é o vestuário da época - daí a percepção sobre os políticos presentes – marcado profundamente pela influência dos padrões europeus.

A presença do bonde também merece ser destacada, uma vez que os bondes elétricos, implantados na sua gestão eram naquele momento, considerados revolucionários em matéria de transportes urbanos. A ideia, era portanto, mostrar uma representação das mudanças urbanas.

Onde está o cemitério inaugurado? O cemitério não é mostrado demonstrando a negação da ideia de morte, que este tem como representação e, portanto, servindo a uma imediata lembrança do fim e do campo das incertezas. Em contraposição a esta ideia, destacam-se as figuras humanas, privilegiadas e representando a vida ou o que está por vir, ou o devir, e assim evidenciando estes, como sujeitos de atitudes e ações, no caso específico, atitudes e ações dentro do poder público, direcionadas para a população, sempre direcionadas para o futuro.

4º MERGULHO



Obras finais da Escola Normal - Vitória - 1912.

[JM 334]

Nesta imagem, a intenção foi evidenciar a população local. Os destinatários - o povo - aparecem interagindo com o espaço em questão: as obras finais de uma Escola Normal em 1912.

A modernização enfocada nas obras se mistura ao grande grupo de expectadores que assistiam naquele momento ao conjunto de mudanças que ocorria na cidade. Sobre essa questão, Borges (2003) ressalta que a tese do realismo, da exatidão e da fidelidade das imagens fotográficas é atribuída à fotografia em seus primeiros anos, e que as montagens dos fotógrafos muito contribuíram para problematizar sua natureza. Fica, então, fortalecida a tese de que por detrás da chamada câmera lúcida há um ou mais indivíduos interessados em divulgar suas intenções sociais e suas visões da realidade.

Continuando a análise, observa-se que homens, mulheres e crianças aparecem juntos, num mesmo espaço, em meio às pedras, que sugerem a

desconstrução da antiga estrutura para a construção de uma escola nova, e viva. Fica evidente o quanto as transformações no conjunto urbano da capital influíam no cotidiano dessas pessoas, que se aglomeravam e se colocavam em cima do “desconstruído” (as pedras os entulhos) em uma representação de concordância com o novo processo transformador.

As crianças, nessa imagem fotográfica, são destinatários em potencial desse processo, já que se trata da construção de um espaço escolar e, conseqüentemente, um espaço que traz em seu objetivo principal a mudança e transformação do ser humano dentro dos vários saberes cognitivos que serão ali apreendidos. Ou seja, mais uma vez o olhar de renovação de Jerônimo Monteiro é congelado nas fotografias que através desse remontar a partir de partes é compreendido em um todo de sentido e conseqüentemente de significação.

5º MERGULHO



Sala de aula do Grupo Escola Gomes Cardim - 1910.

[JM 367]

Dentro da ação modernizante de Jerônimo Monteiro, uma grande atenção foi dada à área educacional. O governador trouxe para a cidade de Vitória, alguns

professores renomados, como foi o caso de Gomes Cardim, para a modernização sugerida fosse compreendido também como já dito no campo educacional. Neste espaço (a sala de aula), as crianças – os destinatários – se misturam mais uma vez nesse campo das intenções e do fazer crer, tendo, ao fundo, a figura do professor como uma representação do saber e do conhecimento.

Observam-se crianças pobres e crianças negras, demonstrando um processo de inclusão sócio - educacional desses sujeitos dentro do conceito de moderno de Jerônimo Monteiro.

Dentro da perspectiva de pesquisa e reflexão apontada como mola propulsora de inovações na prática docente (tão exaustivamente defendida no presente artigo), estamos diante de uma proposta “tentadora” de adentrar por esse mundo de “Sombra e Luz”, de Memória e Esquecimento”, que se apresenta, tanto nos fragmentos da realidade aprisionada no registro fotográfico, quanto nos fatos ausentes nas imagens, fatos esses passíveis de serem desvendados por meio da pesquisa, da reflexão e da produção de conhecimento.

Corroborando esse pensamento, podemos citar uma reflexão de Marc Bloch acerca do conhecimento do passado, numa perspectiva histórica, onde afirma que o passado é, por definição, um dado que coisa alguma pode modificar. Mas o conhecimento do passado é coisa em progresso, que ininterruptamente se transforma e se aperfeiçoa (BLOCH apud KOSSOY, 1989, p. 20).

Em suma, os Mergulhos Investigativos nos “clics Fotográficos de Jerônimo Monteiro” – gerados em seu governo – nos apontam para essa reflexividade. Resgatar, aperfeiçoar e (re)significar o conhecimento do passado, do período em questão, a partir dessa discussão, torna-se uma atitude sempre desafiadora.

REFERÊNCIAS

BELLOTTO, Heloisa Liberalli. **Arquivos permanentes: tratamento documental**. São Paulo: T.^a Queiroz, 1991.

BORGES, Maria Eliza Linhares. **História e Fotografia**. Belo Horizonte: Autêntica, 2003.

COLOMBO, Fausto. **Os arquivos imperfeitos**. Ed.Perspectiva,1991.

KOSSOY, Boris. **Fotografia e História**. São Paulo: Ática, 1989.

LE GOFF, Jacques. **História e memória**. 3. ed. Campinas/SP: UNICAMP, 1994.

LANDOWSKI, Eric. Masculino, Feminino, social. **Nexus**: Revista de Estudos de Comunicação e Educação da Universidade Anhembi Morumbi, São Paulo, ano 2, n.3 p.13- 43, ago.1998.

LISSOVSKY, Mauricio. Sob o signo do clic: Fotografia e História em Walter Benjamin.In: F- B, BIANCO , LEITE, M. M. (org) **Desafios da Imagem** 2ª ed. Editora: Papirus São Paulo 2001, p.21-36.

LOPES, Almerinda Silva. **Memória aprisionada**: a visualidade fotográfica capixaba : 1850/1950/ Vitória: EDUFES,2004.

ROSSEAU, Jean-Yves. **Fundamentos da disciplina Arquivística**. Dom Quixote, 1998.

SIMÕES, E. **Um mundo de sombra e luz**: a fotografia como fonte de pesquisa para o ensino de História – o papel dos arquivos públicos: o acervo fotográfico no/do Governo Jerônimo Monteiro (1908 – 1912- ES) 2006- 165 f Dissertação (Mestrado em Educação) Programa de pós Graduação em Educação – PPGE- Universidade Federal do Espírito Santo.

VASCONCELLOS, João Gualberto M. **A invenção do coronel**. UFES. SPDC,1995.